



Secretaria de  
**Administração**

**PARECER JURÍDICO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE FLORIANO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE EMISSÃO DE DISPOSITIVOS DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL TIPO A1, PESSOA FÍSICA, COM FORNECIMENTO, VALIDAÇÃO EMISSÃO E GARANTIA (VALIDADE) DE CERTIFICADO DIGITAL, HOMOLOGADO PELA ICP-BRASIL E CPF, VALIDADE DE 01 (UM) ANO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 078/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0008629/2023**

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93. VIABILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

**1. RELATÓRIO:**

Trata-se de parecer jurídico solicitado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE FLORIANO**, motivado pela necessidade de análise jurídica sobre a viabilidade de Contratação direta, através de Dispensa de Licitação, com fundamento Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.



Secretaria de

# Administração

O objeto requisitado consiste na contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de emissão de dispositivos de certificação digital tipo a1, pessoa física, com fornecimento, validação emissão e garantia (validade) de certificado digital, homologado pela ICP-Brasil e CPF, validade de 01 (um) ano, para atender as necessidades da secretaria de infraestrutura do município de Floriano - PI, conforme especificações contidas no termo de referência.

Na solicitação em comento é justificada como sendo de extrema necessidade, haja vista, aumentar a segurança e eficiência nas operações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pois o uso de certificado digital proporciona autenticidade, integridade e agilidade na assinatura eletrônica de documentos, simplificando processos e fortalecendo a confiança da comunidade na administração pública.

Devidamente instruído, o processo fora remetido a Assessoria Jurídica, para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de empresa para o fornecimento dos materiais.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre-nos informar que, a análise das especificações dos materiais e os preços estimados do objeto a serem contratados, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

Em apertada síntese, é o que tem a relatar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Inicialmente cumpre observar que, o presente parecer destina-se a fazer uma análise da regularidade jurídico-formal da consulta formulada pela



Secretaria de

# Administração

Presidente da CPL, cujo fundamento é o Parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

*“As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.*

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Importante salientar também que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, bem como as relacionadas a conveniência e oportunidade do administrador.

Ademais, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na Lei nº 8.666/93 e na jurisprudência aplicável a matéria.

A par dessas considerações não é demais destacar que, a Constituição Federal estabelece que, a Administração Pública deve observar os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Desta feita, o procedimento administrativo em epígrafe formaliza as tratativas relacionadas à contratação de empresa especializada em expedição de certificado tipo A1 para atender a necessidade da Secretaria Municipal de



Secretaria de

# Administração

Infraestrutura, com fundamento no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, abaixo elencado:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.*

Sendo assim, a dispensa abrange valores que correspondam até 10% do valor do limite para convite.

Acrescenta-se ainda que o **DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018**, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vejamos:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do **caput** do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*(...)*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*In casu*, observa-se que o valor médio orçado da presente contratação R\$ 377,00 (trezentos e setenta e sete reais) está dentro do limite previsto no inciso II do art. 24 da LLC - Lei de Licitação e Contratos e atualização através do decreto nº 9.412/2018.



Secretaria de

# Administração

Ademais, é recomendado que nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação deve-se justificar o preço, conforme recomendado no art. 26 da Lei nº 8.666/1993. Nos processos de dispensa embasados no inciso II da Lei de Licitações, devem ser apresentadas no mínimo 3 (três) propostas válidas para justificar a compatibilidade do preço oferecido pelos fornecedores do mercado.

Sobre o tema, assim dispôs o Tribunal de Contas da União:

*“É obrigatório, nos processos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, a consulta dos preços correntes no mercado, dos fixados por órgão oficial competente ou, ainda, dos constantes em sistema de registro de preços. A ausência de pesquisa de preços configura descumprimento de exigência legal. (Acórdão 2380/2013-Plenário)”.*

No presente Processo Administrativo foram apresentadas/ colacionadas 03 (três) propostas, tendo como vencedora a empresa RM CERTIFICADO DIGITAL inscrita no CNPJ 29.113.745/0001-49 no valor de R\$ 369,00 (trezentos e sessenta e nove reais); a primeira classificada a empresa PKI NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA inscrita no CNPJ: 40.768.389/0001-34 no valor de R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais); a segunda classificada a empresa AR PR CERTIFICADO DIGITAL EIRELI, inscrita no CNPJ 21.308.480/0001-22, no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

Apesar de o procedimento licitatório apresentar-se como regra do ordenamento jurídico brasileiro, há que se considerar que em determinadas hipóteses este complexo trâmite não está em consonância com o melhor



Secretaria de

# Administração

interesse da Administração Pública. É o que ocorre no presente caso, tendo em vista a necessidade da continuidade do serviço público dos programas assistenciais promovidos pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

Conforme foi demonstrado no caso em tela, a necessidade da contratação é urgente, e deverá ser efetivada com máxima celeridade.

### 3. CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, diante da análise do caso em tela, **manifesta-se esta Assessoria Jurídica pela possibilidade de contratação através de Dispensa de Licitação nº 078/2023, Processo Administrativo nº 001.0008629/2023**, para contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de emissão de dispositivos de certificação digital tipo a1, pessoa física, com fornecimento, validação emissão e garantia (validade) de certificado digital, homologado pela ICP-Brasil e CPF, validade de 01 (um) ano para atender as necessidades da Secretaria Municipal Infraestrutura, conforme especificações contidas no termo de referência, conforme especificações contidas no termo de referência, ressalvada o juízo do mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros que excedem a competência da Assessoria Jurídica.

É o parecer. À elevada consideração superior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
VITOR TABATINGA DO REGO LOPES  
Florianópolis - SC  
http://www.floriano.pi.gov.br



Florianópolis - PI, 20 de setembro de 2023.

**VITOR TABATINGA DO REGO LOPES**  
**ASSESSOR JURÍDICO DA CPL/ PMF-PI**  
**OAB PI° N °6.989**